

# **A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA SUPORTE AS DECISÕES GERENCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES**

## **THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING STATEMENTS TO SUPPORT MANAGEMENT DECISIONS IN THE ORGANIZATIONS**

**JACQUES CARRAVIERI LISBOA**  
Professor do UNICURITIBA

### **RESUMO**

Este artigo destaca a importância da Análise das Demonstrações Contábeis para respaldar as decisões gerenciais, bem como evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. Objetiva também estudar e descrever de que forma as empresas efetuam a Análise das Demonstrações Contábeis. A Análise das Demonstrações Contábeis agrega valor às informações e com isso, possibilita confrontar elementos patrimoniais, indicando fatos ocorridos, determinando a situação atual e permitindo uma visão das tendências futuras. Por isso é de suma importância o conhecimento da riqueza das informações por elas disponibilizadas, bem como utilizá-las para suportar as decisões na administração das organizações.

**Palavras-chave:** Análise das Demonstrações Contábeis; Decisões gerenciais; Organizações

### **ABSTRATC**

This article highlights the importance of the Analysis of Accounting Statements to support management decisions, as well as highlights the economic and financial situation of the organizations. It also aims to study and describe how the companies perform the Analysis of Accounting Statements. The Analysis of Accounting Statements adds value to information and thus, enables confront equity elements, stating facts, determining the current situation and allowing a view of future trends. It is therefore of paramount importance to study the wealth of information provided by them, and use them to support decisions in the management of organizations.

**Keywords:** Analysis of Accounting Statements; Management Decisions; Organizations

## **1. AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS USUÁRIOS**

Do ponto de vista contábil, conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar. Podem ser subdivididos em dois grupos de usuários: internos e externos.

A informação contábil deve ser composta de qualidade sendo objetiva, clara, sucinta, permitindo ao usuário avaliar a situação econômica e financeira da organização, bem como fazer conclusões sobre tendências futuras, de forma a atender os objetivos da entidade empresarial.

Os usuários internos são todas as pessoas ou grupos relacionados com a empresa e que têm facilidade de acesso às informações contábeis, como por exemplo, os gestores, empregados, sócios, entre outros. Além das informações contidas nas demonstrações contábeis divulgadas pela entidade, tem acesso a dados históricos mais precisos e a informações internas, portanto, estão numa posição privilegiada em relação ao analista externo. Sob o ponto de vista do usuário interno, quanto mais à análise focar na constatação do passado e do presente, mais agregará e aumentará a sua importância como instrumento de avaliação de desempenho da entidade.

Os usuários externos são aqueles que se utilizam dos relatórios contábeis tradicionais divulgadas pela entidade. Em algumas ocasiões, além dos informes contábeis, são solicitadas informações extras para uma melhor compreensão das operações e também facilitar o relacionamento do usuário com a entidade analisada. Usuários externos são todas as pessoas ou grupos de pessoas sem facilidade de acesso direto às informações, mas que as recebem de publicações dos demonstrativos pela entidade, tais como acionistas, credores, entidades governamentais, entidades sindicais, entre outros. Para o usuário externo, quanto mais às demonstrações contábeis se referirem à exploração de tendências futuras, maior será a sua utilização.

## **2. ANÁLISE, IMPORTÂNCIA E INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

De acordo com a deliberação CVM 488, de 03/10/2.005 e pronunciamento IBRACON NPC nº 27 :

- As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nesta data.

- O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

- As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

De acordo com Matarazzo (2003), a análise de balanços possibilita ao analista através da análise da documentação apresentada, conhecer e vislumbrar a visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; possibilitando estimar seu futuro, limitações e potencialidades; além da avaliação dos efeitos que certos eventos possam advir sobre a situação financeira da mesma, sendo um dos elementos mais importantes para tomada de decisões relacionadas à empresa.

Ainda sob o mesmo assunto, através das demonstrações contábeis levantadas por uma empresa, torna-se possível extrair informações a respeito de sua posição econômica e financeira; informar-se ou concluir também sobre a atratividade de investimentos ou não em determinada empresa; sua capacidade de pagamentos, situação de equilíbrio e insolvência; satisfação dos proprietários quanto à rentabilidade, e assim por diante (ASSAF NETO, 2002).

Sendo a análise de balanços desenvolvida com base nas demonstrações contábeis formalmente apuradas pelas empresas, sendo que as expressões análise de balanços, análise das demonstrações/demonstrativos contábeis e relatórios financeiros, são considerados sinônimos (ASSAF NETO, 2002).

A análise de balanços com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas visa relatar a posição econômica financeira atual, identificando as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Delas extrair-se-á das análises, informações sobre a posição atual, anterior e posterior (a ser projetada) das empresas (ASSAF NETO, 2002).

Iudícibus (1981) concorda e colabora com a ideia acima, firmada por Assaf Neto quando afirma em sua obra que a análise de balanços é uma arte, pois, apesar das técnicas desenvolvidas, não há nenhum critério ou metodologia formal de análise válidos nas diferentes situações e aceitos unanimemente pelos analistas, sendo

impossível sugerir uma sequência metodológica ou um instrumental científico capaz de fornecer diagnósticos sempre precisos das empresas.

A maneira com que os indicadores de análises são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista. Dois analistas podem chegar a conclusões bem diferentes sobre uma mesma empresa, mesmo tendo eles trabalhado com as mesmas informações e utilizado iguais técnicas de análise. As conclusões de diferentes analistas, por outro lado, poderão estar bem próximas, conforme demonstrem mais nível de experiência. No entanto dificilmente apresentarão conclusões exatamente iguais (ASSAF NETO, 2002, p. 49).

O analista centraliza suas preocupações nas demonstrações contábeis da sociedade e extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômica financeira, e a partir daí, toma (ou influencia) decisões com relação a conceder ou não o crédito, investir em seu capital acionário, alterar determinada política financeira, avaliar se a empresa está sendo bem administrada, identificar sua capacidade de solvência (estimar se irá falir ou não), avaliar se é uma empresa lucrativa e se tem condições de saldar suas dívidas com recursos gerados internamente, etc. (ASSAF NETO, 2002).

“As companhias de capital aberto (que têm suas ações negociadas em bolsas de valores) e as instituições financeiras, pela necessidade de melhor informar ao mercado em geral, devem apurar (e publicar) suas demonstrações financeiras” (ASSAF NETO, 2002, p. 50).

Para essas conclusões e decisões, a análise de balanços é fundamentalmente dependente da qualidade (exatidão dos valores registrados, rigor nos lançamentos contábeis adotados, etc.) e do volume de informações disponíveis ao analista, acima citadas (ASSAF NETO, 2002).

### **3. CONJUNTO ESTRUTURAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

De acordo com o item 7 da deliberação CVM nº 539, de 14 de Março de 2.008, “As demonstrações contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui, normalmente, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício,

demonstração do valor adicionado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante das demonstrações contábeis”.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Estrutura Conceitual CPC 00, 2008, p.7) define o objetivo das demonstrações contábeis como segue:

“O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”.

Demonstrações contábeis preparadas segundo a “Estrutura Conceitual” objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral.

#### **4. A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A análise das demonstrações contábeis é uma das principais ferramentas para auxiliar a tomada de decisão e pode ser dividida em duas categorias:

Análise Financeira: é efetuada através de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazo da velocidade do giro dos recursos.

Análise Econômica: utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

Tanto a análise econômica quanto a financeira são elaboradas de acordo com a necessidade de cada usuário e interpretadas de pontos de vistas distintos.

##### **4.1. ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL**

A principal finalidade da análise horizontal é apontar a variação de itens das demonstrações contábeis através de períodos, a fim de caracterizar tendências. A análise horizontal permite observar a evolução e o comportamento das contas que compõem as demonstrações contábeis.

A análise horizontal é feita através de índices. O índice do ano base da série é 100 e os demais valores correspondentes aos anos seguintes são calculados em relação à este referido índice. (Iudícibus, 2.009, pag. 83) (Marion, 2.009, pag. 12) (Matarazzo, 2.010, pag.172 - pag 175).

A análise vertical tem por objetivo determinar a relevância de cada conta em relação a um valor total. No balanço patrimonial calcula-se a participação relativa das contas, tomando-se como base o ativo total. Já na demonstração de resultados, o referencial passa a ser o valor das vendas líquidas. Ela envolve olhar para cima e para baixo nas colunas do balanço patrimonial e fazer comparações. Para demonstrações de resultado do exercício, isto representa estabelecer vendas líquidas de 100% e então calcular a porcentagem de vendas líquidas para cada custo, despesa ou outra categoria. A análise vertical possui uma sistemática de cálculo bastante simples, uma vez que consiste em fixar um período contábil como 100% e dividir os itens patrimoniais e de resultado dos demais períodos por esse período-base.

#### 4.2. ANÁLISE POR ÍNDICES

A técnica de análise por meio de índices consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situação econômico-financeira da empresa. Para a obtenção de índices confiáveis, são necessárias algumas precauções que levem em conta a qualidade e a padronização dos métodos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis que podem envolver até a necessidade de reclassificação de alguns itens.

Importante destacar que o índice obtido não é a análise em si. Esta se dará a partir da obtenção de um conjunto de índices suficientes para se fazer a interpretação da demonstração que está sendo analisada.

Os índices são divididos em **Financeiros** e **Econômicos**.

Os Índices **Financeiros** são aqueles que evidenciam a situação financeira da empresa e estão subdivididos em:

**a) Índices de Liquidez:** procuram evidenciar a condição da empresa em pagar suas obrigações com terceiros, ou seja, saldar suas dívidas. Estão divididos em:

**Liquidez Geral:** tem por objetivo indicar a relação ampla da capacidade da empresa pagar todos os seus compromissos, sem ter que lançar mão dos valores representativos do seu ativo permanente. Para efeito de análise, quanto maior este índice, melhor para a segurança do credor.

**Liquidez Corrente:** este índice relaciona quantos reais dispõem-se, imediatamente e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação as obrigações também de curto prazo.

**Liquidez Seca:** Este é um indicador bastante exigente e muito adequado para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Confronta o ativo

circulante com o passivo circulante, porém o ativo circulante não é considerado na sua totalidade. Os estoques são subtraídos. Esta subtração é uma forma de eliminar riscos de realização desse ativo. Podemos considerá-lo como um índice mais rígido e até com excesso de conservadorismo, pois os estoques foram avaliados adequadamente.

**Liquidez Imediata:** Este índice representa o valor de quanto se dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Demonstra a capacidade de pagamento de todo o passivo circulante com os recursos disponíveis no momento da análise. É ainda mais restritivo do que o índice de liquidez seca, pois confronta apenas as disponibilidades (Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de resgate imediato) com o total do passivo circulante.

**b) Índices de Estrutura ou Endividamento:** Estes índices relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. A finalidade básica desses indicadores é transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar percentualmente sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido. Os índices de estrutura ou endividamento avaliam a composição e a aplicação dos recursos da empresa.

**Índice de endividamento geral:** exprime a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. Mostra a participação do capital de terceiros em relação ao total do passivo.

**Composição do endividamento:** indica a concentração dos recursos de terceiros devidos no curto prazo. Confronta o passivo circulante com o total de capital de terceiros.

**Participação do capital de terceiros (Endividamento):** estabelece uma relação entre o que a empresa deve a terceiros (passivo circulante e exigível a longo prazo) e os recursos dos sócios investidos na empresa, decorrendo o capital próprio (patrimônio líquido).

**Imobilização do patrimônio líquido:** as aplicações dos recursos do patrimônio líquido são mutuamente exclusivas do Ativo circulante e Ativo Imobilizado. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

**Imobilização dos recursos não correntes:** indica a relação entre os recursos próprios e os de longo prazo, com as destinações a investimentos permanentes no ativo. Os elementos do ativo permanente têm vida útil que pode ser de 2, 5, 10 ou 50

anos. Assim, não é necessário financiar todo o Imobilizado com recursos próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas do longo prazo. Este índice não deve em regra ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase tenha necessidade de ativo circulante, deve sempre existir um pequeno excesso de recursos não correntes em relação às imobilizações, destinado ao ativo circulante.

Os Índices **Econômicos** são aqueles que indicam os reflexos patrimoniais do resultado obtido durante o tempo através da atividade da entidade. Refletem as margens de lucro (rentabilidade), de retorno do capital investido, velocidade das operações realizadas, entre outros. Estão subdivididos em:

a) Índices de Rentabilidade ou de Retorno: Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios. Não é só o capital próprio que gera lucro, pois todos os capitais aplicados no negócio, sejam eles próprios ou de terceiros, produzem lucro. Normalmente são indicados em percentuais, assim, quando se refere a rentabilidade, apura-se o percentual de lucro produzido pelo total dos capitais investidos no ativo.

Margem Bruta: é a receita operacional básica de toda empresa que se dedica a venda de mercadorias e/ou a prestação de serviços. Ela relaciona o lucro bruto com as vendas líquidas. Evidencia basicamente o percentual das vendas líquidas que não foi consumido pelos custos de produção ou de aquisição das mercadorias e serviços.

Margem Operacional: confronta o lucro operacional com as vendas líquidas. Será voltada para o controle do volume das despesas operacionais e para medida do desempenho dos setores de administração e de vendas.

Margem Líquida: é a parcela do resultado positivo de que os empresários podem dispor, seja para retirar na forma de lucros distribuídos ou dividendos, seja para reforçar o Patrimônio Líquido na forma, por exemplo, de lucros acumulados ou reservas. Indica o quanto restou da receita gerada pela empresa após a dedução de todos os custos, gastos e despesas incorridos pela empresa.

Rentabilidade do Ativo: objetiva indicar a lucratividade em relação as aplicações que se destinou ao ativo total, ou seja, sobre recursos próprios e de terceiros, ou qual o percentual que essa relação representa. Seu resultado para efeito de análise financeira será considerado, quanto maior, melhor para a segurança da entidade.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido: indica a lucratividade em relação aos capitais próprios, posicionando esses capitais diante de investimentos alternativos. Fornece a medida de rentabilidade do investimento dos proprietários, sócios ou

acionistas na empresa, u seja, quanto rendeu no ano o valor que os sócios mantiveram investido na empresa.

b) Índices de Rotação ou de Giro: Os índices de rotação ou de giro são aqueles que informam a velocidade com que os recursos disponíveis são aplicados.

Giro do Ativo Total: indica o potencial de venda em relação aos investimentos que foram destinados ao ativo total. Representa quanto foi vendido para cada unidade monetária de investimento total.

Giro do Ativo Médio: indica a eficiência de utilização dos recursos totais médios (ativos de curto e de longo prazo) aplicados para se obter as vendas. Representa quanto foi vendido para cada unidade monetária de investimento total médio. Confronta as vendas líquidas com o ativo total médio, obtido pela soma do ativo no início do período com o ativo do final do período.

Giro do Patrimônio Líquido: indica a movimentação do patrimônio líquido em relação às vendas realizadas no ano. Confronta as vendas líquidas com o patrimônio líquido

Giro do Ativo Permanente: mede a eficiência de utilização do ativo permanente na obtenção de receita. Indica quanto foi vendido para cada unidade monetária de recursos permanente. Confronta o ativo permanente com as vendas líquidas.

c) Índices de Atividade - Prazos Médios: São indicadores da atividade operacional, que permitem controlar e gerencial o capital de giro das entidades. Enfim, medem o que existe de mais operacional da empresa : sua atividade propriamente dita.

Prazo Médio de Renovação de Estoques: indica o número de dias que decorreram entre a compra da mercadoria e sua venda. Compara o CMV ou o CPV com o volume de estoques médios – (estoque inicial + estoque final) / 2. Procura-se representar quantas vezes se renovou o estoque devido às vendas.

Prazo Médio de Recebimento das Vendas aos Clientes: este índice indica o número de dias que decorrem, em média, entre a efetivação da venda e o recebimento do valor correspondente. Quantas vezes o volume de duplicatas a receber foi renovado e o número de dias, em média, para recebimento.

Prazo Médio de Pagamentos de Compras a Fornecedores: confronta as compras a prazo com o saldo médio de duplicatas a pagar a fornecedores. Indica o número de dias que decorrem, em média, entre a compra e o seu efetivo pagamento aos fornecedores.

Posicionamento Relativo: refere-se a comparação do prazo médio de recebimento dos clientes com o prazo médio de pagamento aos fornecedores. Através desse indicador, a empresa sabe se está financiando as operações de seus clientes ou se está sendo financiada por seus fornecedores. Quanto mais próximo do equilíbrio (=1), melhor, ou seja, se a empresa recebe o valor das vendas antes ou depois do pagamento das duplicatas aos fornecedores. Assim:

$PRel = 1$ : o dia do pagamento ao fornecedor coincide com o dia do recebimento do cliente;

$PRel < 1$ : o dia do pagamento ao fornecedor ocorre após o dia do recebimento do cliente;

$PRel > 1$ : o dia do pagamento ao fornecedor ocorre antes do dia do recebimento do cliente.

#### 4.3. *ECONOMIC VALUE ADDED – EVA*

O EVA é uma medida de avaliação de desempenho que considera todos os custos de operação, inclusive os de oportunidade. É uma ferramenta muito importante para medir o lucro econômico esperado em um novo negócio, ou para comparar empresas ou negócios para possíveis investimentos. Diferentemente do lucro contábil, que só expressa basicamente a diferença dos custos e despesas ao total de faturamento, o EVA traz uma reflexão de o que aconteceria se a empresa tivesse investido em outra oportunidade financeira. Representa o resultado operacional depois dos impostos da companhia, menos os encargos pela utilização do capital de terceiros e de acionistas, e mede quanto foi gerado a mais em relação ao retorno mínimo exigido pelos fornecedores de capital da organização.

#### **4.4. *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization (EBITDA) – ou Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)***

Trata-se de uma forma de medir o desempenho da empresa em termos de fluxo de caixa e de auxiliar, de forma prática, no processo de avaliar a empresa como um todo, olhando basicamente a capacidade de geração de recursos dos ativos da entidade. O cálculo do EBITDA é inteiramente livre de regulamentação. As medições não baseadas em normas contábeis são definidas como aquelas que incluem ou excluem montantes não previstos nas medições econômicas associadas às normas

contábeis mais diretamente comparáveis. O EBITDA concentra informações no operacional e na capacidade da empresa em gerar caixa. Esta é a principal razão para a exclusão das receitas e despesas financeiras (juros pagos a credores) posto que não apresentam vínculos com a atividade, embora sejam muitas vezes inevitáveis ao fomento da atividade. Além do mais, o EBITDA exclui do seu efeito, apesar de serem itens operacionais, porém não impactam diretamente no fluxo de caixa que são: depreciação, exaustão e amortização.

## **5. A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA NO SUPORTE AS DECISÕES GERENCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES**

Segundo Assaf Neto (2002) é possível extrair das demonstrações contábeis levantadas por uma empresa, informações a respeito de sua posição econômica, patrimonial e financeira, sendo primordial à mesma, possuir um profundo conhecimento de seus clientes, suas particularidades, estratégias de negócios, investimentos e outros, e utilizar estes dados como diferencial estratégico frente a concorrência. Através destes atos, a empresa pode assumir uma posição de vanguarda, prevê os movimentos de seus clientes, seu desempenho, comprometimento, capacidade de pagamento e outros atributos vislumbrados, e assim agir de acordo com a necessidade e atuação destes últimos. Faz-se necessário que as entidades conheçam o desempenho daqueles que fazem parte de seu ciclo operacional, econômico e financeiro, com vistas a não prejudicar seriamente a sua saúde financeira.

Portanto, é necessário observar com extrema atenção todos os sinais de uma possível descapitalização para adotar procedimentos de prevenção, tem a possibilidade de prever e antever possíveis quebras, e se assegurar por meio de atitudes e medidas eficientes, que o patrimônio da empresa e de seus sócios sejam resguardados. Tanto mais eficiente será a análise quanto melhor for o conhecimento do analista a respeito das operações da empresa analisada, conhecimento este, em que se entende a política administrativa em todos seus aspectos internos e externos.

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e também a servir de ponto de partida para traçar o comportamento futuro da empresa.

## 6. CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi destacar a Análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para respaldar as decisões gerenciais nas organizações.

Utilizando dos índices financeiros e econômicos obtidos através das demonstrações contábeis é possível verificar claramente a situação econômica e financeira de qualquer organização. É importante destacar que comparando períodos, é possível uma avaliação mais precisa do que ocorreu, com mais consistência das informações que serão úteis para tendências futuras. Desta forma, a organização analisa quais características e variáveis lhe são peculiares e o que precisa para chegar à fase seguinte, sendo assim, ela estará disposta de mais um instrumento que possa lhe dar segurança no processo de gestão empresarial, possibilitando conhecer o ciclo de vida da empresa a fim de que todas as decisões nela tomadas sejam consistentes e capazes de conduzir a organização ao objetivo desejado.

A interpretação dos elementos extraídos nas análises faz com que as demonstrações contábeis deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação, permitindo ao usuário a avaliação da situação da organização, e assim utilizá-la como suporte para decisões futuras, visando sempre o objetivo da entidade e a minimização de riscos.

## REFERÊNCIAS

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2.010

REIS, Arnaldo. Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2.006

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura de análise de balanços. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRESSAN, Flávio. O Método do estudo de caso: administração on line. Rio de Janeiro. n. 1, 2000. V. 1.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; KANITZ, S. Charles (Coord.). Contabilidade Intermediária. São Paulo: Atlas, 1981.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade da Sociedades por Ações - FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.